



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
DIVISÃO DE OBRAS E PROJETOS**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. OBJETO**

- 1.1.** Constitui objeto da presente licitação Aquisição de Sistema RTK, Conjunto de Receptores GNSS L1 L2 (em tempo real), (01 Base e 01 Rover, de modo que ambos possam ser utilizados como Base ou como Rover), coletor de dados, Software para coleta de dados, Software de processamento de dados e acessórios, para a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará.

Item	Descrição	Quant.	Valor unitário	Valor total
01	Sistema RTK, Conjunto de Receptores GNSS L1 L2 (em tempo real), (01 Base e 01 Rover, de modo que ambos possam ser utilizados como Base ou como Rover), coletor de dados, Software para coleta de dados, Software de processamento de dados e acessórios.	2	R\$ 102.181,67	<b>R\$ 204.363,34</b>

**2. JUSTIFICATIVA**

- 2.1.** A presente Licitação visa escolha da melhor proposta para: Aquisição de sistema RTK, par de receptor GNSS L1 L2 – RTK (em tempo real), coletor de dados, software para coleta de dados, software de processamento de dados e acessórios, para a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, com objetivo de:
- Atender as exigências cartorárias dos documentos apresentadas plantas e memoriais descritivos;
  - Atender a demanda de trabalhos solicitados ao setor da Secretaria de Infraestrutura;
  - Solucionar os problemas de posicionamento preciso das áreas limítrofes com as áreas do Patrimônio da União quando solicitado assinatura de confrontações;
  - Georreferenciar áreas e integrar os levantamentos topográficos para fins de elaboração de projetos do interesse da instituição;
  - Gerar memoriais descritivos georreferenciado;
  - Definir com precisão as áreas da União sob responsabilidade da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará.

**3. DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO**

- 3.1.** Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº. 10. 024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº. 3.555, de 08 de agosto de 2000, e do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005.
- 3.2.** A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

**4. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

- 4.1.** Em relação aos critérios ambientais adotados:
- 4.1.1. Instrução Normativa Nº 01/2010



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**  
**DIVISÃO DE OBRAS E PROJETOS**

- 4.1.1.1. Os editais para a contratação de serviços deverão prever que as empresas contratadas adotarão as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber (Art. 6º):
- 4.1.2. Adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;
- 4.1.3. Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- 4.1.4. Forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- 4.1.5. Respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
- 4.1.6. Decreto Nº 7746/2012 - Diretrizes de sustentabilidade (Art. 4º):
  - 4.1.6.1. Menor Impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
  - 4.1.6.2. Preferência para materiais, tecnologias e matérias primas de origem local;
  - 4.1.6.3. Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
  - 4.1.6.4. Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
  - 4.1.6.5. Uso de inovações que reduzem a pressão sobre recursos naturais;
  - 4.1.6.6. Origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras;
  - 4.1.6.7. Os serviços deverão ser executados em conformidade com as normas de segurança e em consonância com as exigências dos órgãos ambientais competentes;
  - 4.1.6.8. Caso necessário, o pregoeiro poderá solicitar documentação comprobatória para análise técnica dos limites máximos encontrados nos constituintes mencionados acima.

## **5. DA LICITAÇÃO**

- 5.1. A modalidade de licitação escolhida é o **Sistema de Registro de Preço – SRP**, visto que segundo o DECRETO 7.892, Art. 3º que descreve quais hipóteses o SRP poderá ser adotado e para esta contratação que são elas:
  - I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;
  - II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;
  - III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou
  - IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Os incisos I, II e IV podem ser justificados visto que todos os itens deste termo de referência serão instalados em obras que estão em execução ou que virem a ser licitadas, e devido às restrições orçamentárias ocorridas neste ano de 2019, explicada mais detalhadamente no item 5.2 abaixo, não será possível a aquisição dos itens deste SRP caso alguma das obras não finalize, caso uma das obras finalizar sua construção e outras não, fazendo com que não haja viabilidade de aquisição de todos os itens no momento, não sendo possível determinar previamente o quantitativo a ser demandado, que será feito de acordo com a entrega das obras. Portanto, as contratações serão de forma parcelada conforme a entrega/conclusão de obras à Unifesspa.
- 5.2. Tais restrições orçamentárias citadas no item acima, devem se ao fato de que no exercício de 2019, parte do orçamento de capital das universidades encontra-se concentrado no Ministério da Educação<sup>1</sup> e dependerão de autorização ministerial para uso. Portanto, o registro de preço viabiliza a compra individual de cada objeto na medida da liberação ministerial de crédito orçamentário e limite de capital.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**  
**DIVISÃO DE OBRAS E PROJETOS**

**6. ESPECIFICAÇÃO DO EQUIPAMENTO**

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
01	Sistema RTK, Conjunto de Receptores GNSS L1 L2 (em tempo real), (01 Base e 01 Rover, de modo que ambos possam ser utilizados como Base ou como Rover), coletor de dados, Software para coleta de dados, Software de processamento de dados e acessórios.	02 unid.

**1. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA.**

**1.1. Receptores GNSS**

- 1.1.1. Os Receptores deverão estar habilitados a captar sinais de dupla frequência a partir das constelações GPS, GLONASS, GALILEO e BEIDOU.
- 1.1.2. O Sistema GNSS deve ser capaz de efetuar Levantamentos em tempo real (RTK - Real Time Kinematic) e Pós Processado.
- 1.1.3. Os Receptores devem possuir no mínimo 226 canais por receptor (226 canais no receptor Base + 226 canais no receptor Rover).
- 1.1.4. Habilitados para rastrear continuamente o código e a fase dos sinais: GPS (L1C/A, L1C, L2P(Y), L5) GLONASS (L1C/A, L1P, L2C/A, L2P, L3C), GALILEO (E1, E5A, E5B, ALTBOC) BEIDOU (B1, B2).
- 1.1.5. Os Receptores devem ter suporte a correções SBAS, EGNOS e WAAS.
- 1.1.6. Os receptores devem possuir suporte a correções através da Banda L.
- 1.1.7. Os Receptores possam ser configurados para trabalhar como Base e Rover.
- 1.1.8. Os Receptores GNSS deverão ser dotados LED's que permitam informar: estado do receptor (ligado/desligado), estado da conexão Bluetooth (conectado/desconectado), estado do link de rádio (recepção/transmissão), rastreamento de satélites e situação da bateria.
- 1.1.9. Devem transmitir dados nos formatos RTCM SC104 nas versões 2.x, 3.x, formato CMR, CMR+, BINEX e NMEA.
- 1.1.10. Possuir tecnologia para minimizar os efeitos de multicaminhamento.
- 1.1.11. A comunicação entre Receptores e Coletor de Dados deverá ser através da tecnologia Bluetooth.
- 1.1.12. Taxa de rastreo configurável de 1,2,5 a 10 Hz, atualizável até 20 Hz.
- 1.1.13. Rádio UHF interno com potência de 1Watt na Base e no Rover.
- 1.1.14. Habilitado com tecnologia que permita coletar pontos com bastão inclinado nos dois receptores.
- 1.1.15. Receptor GNSS, antena, memória interna e bateria deverão ser totalmente integrados em uma única peça.
- 1.1.16. O receptor deverá possuir Bluetooth integrado para transmissão de dados sem fio e permitir comunicação com coletor de dados, com o PC e com outros dispositivos que possuam a mesma tecnologia.
- 1.1.17. Precisão: estática horizontal de 3 mm + 0.1 ppm e vertical de 3,5 mm + 0.4 ppm ou melhor; Estático rápido horizontal de 3 mm + 0.5 ppm e vertical de 5 mm + 0.5 ppm ou melhor e Precisão cinemática em tempo real (RTK) horizontal 8mm+1ppm RMS e vertical 15mm+1ppm ou melhor.
- 1.1.18. Capacidade de realização de levantamentos do tipo estático, estático rápido, Stop & Go e cinemático.
- 1.1.19. Capacidade de operação entre as temperaturas de -40°C a +60°C, suportar umidade de



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
DIVISÃO DE OBRAS E PROJETOS**

100%, ser totalmente à prova d'água IP67 e suportar submersão rápida de até 1m. Ser à prova de queda de até 2,00m de altura do bastão sobre o concreto e suportar vibrações conforme padrão MIL STD 810F.

- 1.1.20. Cada receptor deverá possuir bateria de Íons de Lítio, interna, recarregável e removível, tendo o conjunto de baterias autonomia máxima de até 8 horas de trabalho em campo e possuir opção de utilização de bateria externa de 12 Volts no receptor base.
- 1.1.21. O receptor deverá ter memória que pode ser interna ou removível com capacidade para armazenamento de pelo menos 500 horas de dados brutos, rastreando uma média de 14 satélites, com taxa de gravação de 15s.
- 1.1.22. Deverá possuir no mínimo duas portas seriais para comunicação via cabo, porta USB e porta de alimentação externa.
- 1.1.23. Deverá permitir entrada e saída de dados no formato RTCM nas versões 2.1, 2.3, 3.0 e 3.1, no mínimo.
- 1.1.24. Peso igual ou inferior a 1,3 kg.
- 1.1.25. O receptor deve ser, obrigatoriamente, homologado pela ANATEL e estar com a Homologação vigente na data do pregão e na data da entrega do equipamento.

**1.2. Coletor de Dados (um por par de receptores)**

- 1.2.1. Sistema operacional Windows ou Android.
- 1.2.2. Display colorido de no mínimo 7" (7 polegadas), sensível ao toque e com iluminação de fundo. Memória RAM mínima 3GB e 32 GB de memória interna.
- 1.2.3. Bluetooth para conexão com os receptores e WiFi.
- 1.2.4. Câmara fotográfica integrada de 5 megapixels, ou melhor, com flash integrado.
- 1.2.5. Contra poeira e umidade com classificação mínima IP65 ou superior.
- 1.2.6. Bateria interna com autonomia de 12 horas.
- 1.2.7. Processador de 1GHz.
- 1.2.8. Dispor de porta USB.
- 1.2.9. A comunicação entre o receptor e o coletor de dados deverá ser sem fio.
- 1.2.10. Deve possuir GPS Integrado para navegar e encontrar pontos.
- 1.2.11. Peso máximo com bateria interna 1,2 Kg.

**1.3. Software de Processamento de Dados (um por par de receptores).**

- 1.3.1. O sistema deve rodar em computadores pessoais de 32-bit ou 64-bit – nas plataformas Windows.
- 1.3.2. O Software deve ser no idioma português.
- 1.3.3. A licença de operação do Software de Processamento de Dados deverá ser registrada no próprio fabricante e o hardlock, deverá ser através de dispositivo USB.
- 1.3.4. Que no mesmo e único software seja possível, importar dados, criar projetos, realizar configurações, pós-processar dados L1 e L2, realizar ajustamento de redes, visualizar graficamente todos os pontos, linhas e áreas coletadas em campo e exportar dados para outros formatos.
- 1.3.5. O Software deve processar dados nos modos: Estático, Estático Rápido, Stop and Go e Cinemático.
- 1.3.6. O Software deve permitir visualização dos dados levantados.
- 1.3.7. O Software deve ajustar Redes Geodésicas.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
DIVISÃO DE OBRAS E PROJETOS**

- 1.3.8. O Software deve ter capacidade para a importação de dados brutos para pós processamento e dados no formato Rinex e do próprio fabricante do receptor.
- 1.3.9. O Software deve ter capacidade para ajustar redes GPS e GLONASS, pelo Método dos Mínimos Quadrados.
- 1.3.10. O Software deve ter capacidade para exportar dados nos formatos DXF, DWG e ASCII.
- 1.3.11. O software deverá realizar o ajustamento de rede, promovendo propagação das precisões das coordenadas das estações de referência para as estações ajustadas.
- 1.3.12. No software o usuário deverá ser capaz de poder inserir as precisões das coordenadas das estações base para realizar o ajustamento relativo da rede.
- 1.3.13. Deverá realizar teste de qualidade do ajustamento, detecção de erros e que proporcione elementos para análise da confiabilidade dos resultados, gerando relatório que expresse, dentre outros, os identificadores das estações de referência adotadas, suas coordenadas e precisões, os identificadores das estações ajustadas, suas coordenadas e precisões, a identificação dos vetores ajustados bem como seus desvios-padrão, assim como os resíduos após o ajustamento desses vetores.
- 1.3.14. O software deverá ter atualização gratuita por pelo menos um ano.
- 1.3.15. O software deverá ser, impreterivelmente, do mesmo fabricante dos receptores.

**1.4. Software para Coleta de Dados (um por par de receptores).**

- 1.4.1. Desenvolvido e compatível com ambiente Windows ou Android, todo em idioma português.
- 1.4.2. O Software de Coleta de Dados deverá ser licenciado junto ao desenvolvedor do programa e do mesmo fabricante dos receptores.
- 1.4.3. Programa para Vias Habilitado.
- 1.4.4. Gerenciar a coleta de dados de Levantamento nos métodos Estático, Cinemático.
- 1.4.5. Possuir coleta automatizada de dados com possibilidade de acrescentar nome e descrição nos pontos coletados.
- 1.4.6. Permitir estaqueamento e que o operador escolha vários tipos de referências.
- 1.4.7. Que mostre distâncias lineares e ambiente gráfico.
- 1.4.8. Que permita parar e recomeçar uma locação ou mover para outro ponto.
- 1.4.9. Que permita visualização dos dados brutos coletados.
- 1.4.10. Que forneça ao operador uma visualização clara de sua localização em relação a uma linha de referência.
- 1.4.11. Que o status de visualização de captação de sinais GPS/GLONASS e de nível de carga da bateria seja visível ao operador.
- 1.4.12. Que permita introdução pelo usuário de atributos para os pontos coletados.
- 1.4.13. O sistema deve permitir codificações para os pontos.
- 1.4.14. Os códigos devem ser alfanuméricos e devem possuir uma descrição.
- 1.4.15. Cada atributo deve poder ser predefinido pelo usuário.
- 1.4.16. A lista de códigos deve fazer parte de uma biblioteca de códigos predefinida pelo usuário.
- 1.4.17. O sistema deve permitir que o usuário edite manualmente a lista de códigos ou adicione mais códigos durante a operação de campo.
- 1.4.18. O software deverá ter atualização gratuita por pelo menos um ano.

**1.5. O conjunto de Receptores GNSS e Coletor de Dados devem vir acompanhados dos seguintes acessórios:**

- 01 – Tripé em alumínio com trava dupla.
- 01 – Base Nivelante com Adaptador.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
DIVISÃO DE OBRAS E PROJETOS**

- 01 – Bipé para bastão.
- 01 – Bastão em fibra de carbono de 2,0m.
- 01 – Suporte de bastão para o Coletor de Dados.
- 02 – Carregadores de baterias.
- 01 – Mala rígida de transporte.

**1.6. Observações:**

- 1.6.1. Os itens (Receptor GNSS, Coletor de dados, Softwares de Pós Processamento e de Coleta de Dados ofertados deverão ser obrigatoriamente do mesmo fabricante (ou ter compatibilidade entre os mesmos) e no idioma Português (exceto acessórios)).**
- 1.6.2. O proponente deverá ofertar treinamento, sem ônus, num local a ser definido pelo Órgão, com certificação para os participantes e duração mínima de 20 horas.**
- 1.6.3. Para preservar a qualidade do equipamento é obrigatório apresentação do Certificado ISO 9001 do fabricante do equipamento, comprovado através da apresentação de certificado.**
- 1.6.4. O proponente deverá apresentar carta do fabricante dos equipamentos ofertados, mencionando que o proponente é seu distribuidor autorizado e atestando que o proponente está capacitado pelo fabricante a prestar assistência técnica, treinamento e suporte aos seus produtos.**
- 1.6.5. Os Receptores GNSS devem estar homologados junto à ANATEL, dentro do prazo de validade, que permita a operação destes equipamentos no Brasil. O Certificado deverá ser do equipamento e não de um componente interno do mesmo.**

**7. PRAZO DE ENTREGA E/OU EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

- 7.1.** O prazo máximo de entrega dos equipamentos é de 30 (trinta) dias, e o prazo para ateste da entrega definitiva e de 60 (sessenta) dias, desde que o equipamento não apresente nenhum problema na sua operação ou quando sanado possíveis defeitos e/ou vícios de operação. Totalizando 90 (noventa) dias a contar da autorização para ordem de serviço.

**8. LOCAIS DE ENTREGA**

- 8.1.1.** O objeto deverá ser entregue no Campus da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará.  
Endereço:
  - Marabá Unidade III: Cidade Universitária, Avenida dos Ipês, s/nº, Loteamento Cidade Jardim-Nova Marabá.

**9. DAS FORMAS DE RECEBIMENTO DO OBJETO**

- 9.1.1.** O objeto será recebido:
  - a) PROVISORIAMENTE,** no prazo máximo de 30 (trinta) dias, deverá ser efetuado a entrega do equipamento no local indicado, conforme mencionado no Termo de Referência, para posterior conferência da conformidade do objeto com as especificações requeridas e, após a realização dos devidos testes. A fiscalização poderá ainda, recusar em todo ou em parte os equipamentos que, a seu critério, não se enquadrem dentro das especificações deste edital.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
DIVISÃO DE OBRAS E PROJETOS**

- b) **DEFINITIVAMENTE**, no prazo de 30 (trinta) dias, após o recebimento provisório, desde que estes não apresentem problemas na sua operação ou quando sanado todos os defeitos e/ou vícios de operação.

**10. DA GARANTIA DO OBJETO**

- 10.1.1. Garantia de 12 meses, a contar da entrega definitiva ou conforme o manual do fabricante, se maior, contra qualquer defeito de fabricação e vícios do equipamento a contar do seu recebimento definitivo e aceitação, com assistência técnica sem qualquer ônus para a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - Unifesspa.

**11. DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 11.1.** Sem que a isto limite suas garantias, a Vencedora deste certame terá os seguintes direitos:
- 11.1.1. Receber informações e esclarecimentos necessários ao cumprimento das condições estabelecidas;
  - 11.1.2. Receber o atestado do recebimento do objeto contratado após confirmada as especificações;
  - 11.1.3. Receber formalmente a notificação de ocorrência de irregularidades que a fiscalização identificar na execução do objeto licitado, até que possa a empresa proceder correções;
  - 11.1.4. Receber o pagamento nas condições definidas neste instrumento.
- 11.2.** Sem que a isto limite sua responsabilidade, será a vencedora deste certame responsável pelos seguintes itens:
- 11.2.1. Cumprir fiel e periódica as obrigações consignadas conforme especificadas do Edital e no Termo de Referência, as quais devem ser usados todos os recursos humanos e materiais necessários;
  - 11.2.2. Fornecer os produtos rigorosamente de acordo com os registrados no Edital e no Termo de Referência e no apresentado pela empresa e aprovado, obedecidos aos critérios e padrões de qualidade predeterminada, devidamente, instaladas e em condições de pleno funcionamento;
  - 11.2.3. Arcar com todas as despesas, diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações chanceladas, responsabilizando-se pelos danos causados diretamente administração ou a terceiros, devido sua culpa ou dolo, no período de funcionamento e execução do contrato, inclui os danos causados por transportadoras, sem qualquer ônus ao contratante, não reduzindo ou excluindo essa responsabilidade, a fiscalização ou acompanhamento da Contratante;
  - 11.2.4. Prestar todas as informações e esclarecimentos que forem solicitadas pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, na vigência do Contrato;
  - 11.2.5. Credenciar, junto a Contratante, um representante para prestar os devidos esclarecimentos e atender as reclamações que surgirem no período de execução do Contrato;
  - 11.2.6. Manter durante toda a vigência da relação obrigacional com a Contratante regularidade com o Fisco, com a Seguridade Social, com a Legislação Trabalhista, e com as normas de proteção ao Meio Ambiente e cumprimentos dos direitos da Mulher, do Idoso e da Criança e Adolescente, bem como todas as demais leis e os atos públicos federais, estaduais e municipais, vigentes, em caso de violação dos dispositivos legais, haverá rescisão contratual, sendo a única por prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa;
  - 11.2.7. Quando por problemas técnicos os prazos citados no Edital não puderem ser cumpridos, a vencedora do certame deverá comunicar por escrito ao Órgão a qual caberá aceitar ou rejeitar as justificativas;
  - 11.2.8. Ser responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução;
  - 11.2.9. Não transferir a outrem, o todo ou em parte, o objeto do presente, sem prévia e expressa anuência da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, não sendo aceito, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da Contratada para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
DIVISÃO DE OBRAS E PROJETOS**

- 11.2.10. A licitante vencedora é obrigada a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto desta licitante em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;
- 11.2.11. Responsabilizar-se por quaisquer consequências oriundas de acidentes que possam vitimar seus empregados, quando dos serviços atinentes ao objeto da contratação;
- 11.2.12. Todos os materiais a serem empregados nos diversos serviços devem atender as normas da ABNT, e que os materiais, peças, componentes e ferramentas utilizadas na execução dos serviços tenham registro no INMETRO, quando se tratar de produto que exige o registro;
- 11.2.13. Fornecer equipamentos dos tipos, tamanhos e qualidades necessárias à execução satisfatória dos serviços;
- 11.2.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus devido as omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos para execução e ou fornecimento do objeto avençado;
- 11.2.15. Refazer, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços executados em desacordo com definido no Contrato, e os que apresentarem defeitos de material ou vício construído, de acordo com a legislação aplicada;
- 11.2.16. Fornecer Manual de operação, de manutenção preventiva.

**12. DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 12.1.** Sem que limite seus direitos, a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará terá as seguintes obrigações:
  - 12.1.1. Receber o objeto de acordo como definido neste instrumento, no edital e nos seus anexos;
  - 12.1.2. Devolver o objeto em desacordo com as especificações exigidas no edital;
- 12.2.** Sem que a isto limite sua responsabilidade, terá o Órgão responsável pelos seguintes itens:
  - 12.2.1. Honrar todos os compromissos financeiros assumidos com a Vencedora deste certame no prazo estipulado;
  - 12.2.2. Garantir todas as facilidades, incluído esclarecimento referente ao objeto, para que a empresa possa cumprir as obrigações conforme as normas e condições da aquisição;
  - 12.2.3. Notificar, formal e tempestivamente, a Contratada sobre as irregularidades detectadas no cumprimento deste contrato;
  - 12.2.4. Designar um servidor como Fiscal do Contrato, que deverá acompanhar e fiscalizar o (s) técnico (s) da CONTRATADA em todas as visitas, comprovar e relatar, por escrito, as eventuais irregularidades na prestação de serviços, sustar a execução de quaisquer trabalhos por estarem em desacordo com o especificado ou por outro motivo que assimile a necessidade de tal medida e acompanhar o período de garantia dos equipamentos;
  - 12.2.5. Acompanhar e fiscalizar a execução e o fornecimento, podendo intervir com o objetivo de ajustes ou suspensão da entrega;
  - 12.2.6. Reservar-se do direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte o presente instrumento;
  - 12.2.7. Cumprir e fazer cumprir os dispositivos neste instrumento e seu anexo.

**13. DOS RESPONSÁVEL TÉCNICO E FISCALIZAÇÃO**

- 13.1.1. A Divisão de Obras e Projetos - DIOP, deverá indicar um ou mais servidores para realizar o acompanhamento da execução do contrato.





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
DIVISÃO DE OBRAS E PROJETOS**

**14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

14.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, a CONTRATADA que:

- 14.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 14.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 14.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 14.1.4. Comportar-se de modo inidôneo; ou
- 14.1.5. Cometer fraude fiscal.

14.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

14.2.1 **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

14.2.2 **Multa de:**

14.2.2.1 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

14.2.2.2 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

14.2.2.3 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

14.2.2.4 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

14.2.2.5 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

14.2.2.6 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

14.2.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

14.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

14.3 As sanções previstas nos subitens 19.2.1, 19.2.3 e 19.2.4 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

14.4 Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
DIVISÃO DE OBRAS E PROJETOS**

**Tabela 1**

<b>GRAU</b>	<b>CORRESPONDÊNCIA</b>
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

**Tabela 2**

<b>INFRAÇÃO</b>		
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>GRAU</b>
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
DIVISÃO DE OBRAS E PROJETOS**

Para os itens a seguir, deixar de:		
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01

14.5 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

- 14.5.1 Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 14.5.2 Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 14.5.3 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

14.6 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

14.7 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

14.8 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

14.9 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
DIVISÃO DE OBRAS E PROJETOS**

14.10 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14.10.1 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

14.11 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.12 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

**15. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.**

**15.1.** As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

**15.2.** Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

**15.3.** Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

15.3.1. Os critérios de qualificação técnica devem atender as especificações descritas no item 6 deste edital conforme a descrição do objeto.

**15.4.** Os critérios de aceitabilidade de preços serão de no máximo:

15.4.1. Valor Global: R\$ 204.363,34 (Duzentos e quatro mil trezentos e sessenta e três reais e trinta e quatro centavos).

15.4.2. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

**15.5.** O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

**15.6.** As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

**16. DA SUBCONTRATAÇÃO**

**16.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

**17. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

**17.1.** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

**18. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

**18.1.** Cabe a contratante:

18.1.1. Providenciar portaria de designação específica para fiscalização de cada contrato, com atestado de recebimento pelo fiscal designado e que constem claramente as atribuições e responsabilidades, de acordo com o estabelecido pela Lei 8.666/93 em seu artigo 67;

18.1.2. Designar fiscais considerando a formação acadêmica ou técnica do servidor/funcionário, a segregação entre as funções de gestão e de fiscalização do contrato, bem como o comprometimento concomitante



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
DIVISÃO DE OBRAS E PROJETOS**

com outros serviços ou contratos, de forma a evitar que o fiscal responsável fique sobrecarregado devido a muitos contratos sob sua responsabilidade;

18.1.3. Realizar sistematicamente o acompanhamento dos trabalhos realizados pelos fiscais; (Acórdão nº 1094/2013-Plenário).

- 18.2.** O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 18.3.** O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
- 18.4.** A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Projeto Básico.
- 18.5.** A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 18.6.** A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Projeto Básico, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 18.7.** O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 18.8.** O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Projeto Básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 18.9.** As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.
- 18.10.** Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 18.11.** O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 18.12.** Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 18.13.** A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 18.14.** Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
DIVISÃO DE OBRAS E PROJETOS**

- 18.15.** O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 18.16.** A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Projeto Básico e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 18.17.** As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.
- 18.18.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

**19. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

- 19.1.** A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento provisório do objeto.
- 19.2.** O recebimento provisório será realizado pela equipe de fiscalização técnica da Secretaria de Infraestrutura, após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:
- 19.2.1.** A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.
- 19.2.1.1.** Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 19.2.1.2.** A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 19.2.1.3.** O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 19.2.1.4.** A aprovação da medição prévia apresentada pela Contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva da instalação do equipamento.
- 19.2.2.** No prazo de até 5 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.
- 19.2.2.1.** quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 19.2.2.2.** Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
DIVISÃO DE OBRAS E PROJETOS**

19.2.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

**19.3.** No prazo de até 15 (quinze) dias a partir do recebimento provisório da instalação do equipamento, o Gestor do Contrato deverá providenciar a autorização de emissão de Nota Fiscal, ato que concretiza o ateste da execução da instalação do equipamento, obedecendo as seguintes diretrizes:

19.3.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

19.3.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento provisório da instalação do equipamento, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

19.3.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

**19.4.** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

**19.5.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

## **20. DO PAGAMENTO**

**20.1.** O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

20.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

**20.2.** A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento provisório do serviço, conforme este Projeto Básico

**20.3.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

20.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

**20.4.** O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

20.4.1. o prazo de validade;

20.4.2. a data da emissão;

20.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

20.4.4. o período de prestação dos serviços;

20.4.5. o valor a pagar; e

20.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
DIVISÃO DE OBRAS E PROJETOS**

**20.5.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

**20.6.** Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

20.6.1. não produziu os resultados acordados;

20.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

20.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**20.7.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**20.8.** Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

**20.9.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

**20.10.** Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018.

**20.11.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**20.12.** Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

**20.13.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

20.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

**20.14.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

**20.15.** É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

**20.16.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
DIVISÃO DE OBRAS E PROJETOS**

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

## **21. REAJUSTE**

- 21.1.** Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 21.1.1.** Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 21.2.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 21.3.** No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 21.4.** Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 21.5.** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 21.6.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 21.7.** O reajuste será realizado por apostilamento.

## **22. GARANTIA DA EXECUÇÃO**

- 23.1.** Não haverá exigência de garantia contratual da execução,

## **23. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.**

- 23.1.** O custo estimado da contratação é o previsto no valor global máximo que é de R\$ 204.363,34 (Duzentos e quatro mil trezentos e sessenta e três reais e trinta e quatro centavos).
- 23.2.** Tal valor foi obtido a partir de pesquisa de mercado com fornecedores, conforme disposto na IN 03/2017-MPOG.

## **24. DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 24.1.** Os itens (Receptor GNSS, Coletor de dados, Softwares de Pós Processamento e de Coleta de Dados ofertados deverão ser obrigatoriamente do mesmo fabricante e no idioma Português (exceto acessórios)).



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**  
**DIVISÃO DE OBRAS E PROJETOS**